

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1466 | 04/03/2019 a 10/03/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

SINDICATO RURAL PATRONAL

FORÇA COLETIVA

SISTEMA SINDICAL FORTE E COESO

Modernização no campo e mudanças nas leis exigem
ações ágeis e efetivas na defesa dos produtores

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A representatividade de um setor se faz de inúmeras formas: com trabalho, relacionamento, tecnologia, capacitação, prestação de serviços, infraestrutura e constante defesa dos interesses da classe em questão. É isso que a FAEP e os 175 sindicatos rurais do Paraná (e suas 116 extensões de base), por meio de suas diretorias e equipes técnicas, têm feito com afinco, nas últimas décadas. E os resultados desta caminhada, contabilizados em centenas de ações e conquistas, demonstram que estamos no caminho certo.

A excelência do sistema sindical sempre está no radar. Nos últimos anos, com a modernização do campo e mudanças nas leis, o fortalecimento do agronegócio paranaense se faz ainda mais necessário. Para isso, tanto a FAEP como os sindicatos têm se aprimorado para atender e defender os produtores.

Um recorte fiel do fortalecimento do sistema sindical está retratado na matéria de capa deste Boletim. De forma pontual e aleatória, mas que representa os sindicatos, relatos mostram como as entidades estão preparadas e constantemente melhorando para atender os produtores com representatividade, estrutura, cursos e tantos outros serviços. A caminhada é contínua e, invariavelmente, com obstáculos. Mas nenhum é capaz de impedir um sistema sindical forte e coeso.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - Fecomércio e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1466:

Fernando Santos, APPA, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



SISTEMA SINDICAL

FAEP e sindicatos estão, cada vez mais, preparados para atender as demandas e defender os interesses dos produtores

PÁG. 4

TRANSPORTE ANIMAL

Termo de colaboração entre FAEP e Adapar autoriza que sindicatos rurais emitam GTAs, entre outros serviços

Pág. 3

ENERGIA ELÉTRICA

Decreto assinado no fim do governo Temer pode impactar negativamente em diversas atividades agropecuárias

Pág. 10

PECUÁRIA MODERNA

Parceria entre o programa e empresa de reprodução animal irá gerar desconto em serviços e cursos aos pecuaristas

Pág. 12

CADECS

Técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR participam das reuniões para auxiliar os produtores nas negociações

Pág. 16

MEIO AMBIENTE

Município no Oeste produz energia elétrica a partir do biogás resultado dos resíduos da suinocultura

Pág. 18



Assista ao vídeo
da matéria no nosso site
sistemafaep.org.br

Sindicatos rurais se preparam para emitir GTA

61 entidades já assinaram termo de adesão para prestar este e outros serviços. Adapar irá treinar colaboradores

Sindicatos rurais espalhados por todo o Paraná se preparam para começar a emitir a Guia de Trânsito Animal (GTA), fazer registros de vacinação e emitir boletos a produtores rurais. Antes, esses serviços eram prestados apenas pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e órgãos municipais. Com a atuação da FAEP, agora os sindicatos também poderão executar esses procedimentos, graças a um termo de colaboração, firmado entre a Federação e a Adapar, em 2018, e que começa a ser implementado agora.

O primeiro passo para operacionalizar o processo é a assinatura do termo de adesão entre FAEP e o sindicato rural. Ao todo, 61 entidades já enviaram os documentos à Federação e aguardam o próximo passo: o treinamento de colaboradores realizado pela Adapar. Cada entidade sindical habilitada irá disponibilizar colaboradores para passar por essa preparação.

A qualificação será realizada no próprio sindicato rural, pelos fiscais das Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (Ulsas) da Adapar responsáveis pelo município. O sistema de treinamento da Agência está em fase final de preparação e as capacitações passam a ocorrer ainda no mês de março.

De acordo com o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, a prestação de serviços pelos sindicatos rurais já é um destaque em todo o Estado e, a partir dessa nova possibilidade, será ainda maior. “Temos que considerar o fato de que muitas vezes o produtor não tem o serviço da Adapar no município. A mudan-

ça vai tornar mais fácil obter documentações necessárias para a atividade agropecuária, deixando mais tempo para os produtores investirem em suas tomadas de decisões”, observa.

Para Guilherme Souza Dias, técnico do Departamento Técnico Econômico do Sistema FAEP/SENAR-PR, a parceria configura uma medida positiva não só aos produtores, mas também à cadeia produtiva, que ganha em agilidade. “A medida figura como mais uma oportunidade para a prestação de serviços pelos sindicatos rurais e consolida a participação do setor privado em ações de vigilância delegáveis”, completa.

Serviço

Os sindicatos rurais que ainda não assinaram o termo de adesão para a prestação dos novos serviços ainda podem manifestar o desejo de inclusão. Para isso, basta responder ao ofício enviado pela FAEP e preencher o termo, informando qual é a instituição em questão, o município de abrangência e o colaborador a ser capacitado.

Para tirar qualquer dúvida, basta entrar em contato com o Departamento Sindical da FAEP, pelo telefone (41) 2169-7958.



FAEP reuniu principais candidatos ao governo do Estado em 2018 para que lideranças pudessem questionar planos para o agronegócio

A força que vem de todos

Modernização constante e novas legislações exigem que produtores, sindicatos e a Federação atuem como elos de uma mesma cadeia, para fortalecimento do agronegócio

Por Antonio C. Senkovski | Felipe Aníbal

A forma de organização sindical continua a mesma: um grupo de produtores rurais, por meio de sindicatos, Federação e a CNA, trabalhando de forma conjunta para defender os interesses da categoria. O que mudou foram os desafios. A modernização da produção agropecuária e as constantes mudanças nas legislações requerem capacitação constante e uma ação ainda mais ágil e efetiva. Cada

vez mais, o produtor deve atuar como uma empresa. Então, surgem novas demandas, que tornam indispensáveis atuação coesa de todo o sistema sindical. Os sindicatos rurais e a FAEP já entenderam este contexto e estão preparados para o futuro. Afinal, todos os elos desta cadeia precisam estar fortes.

Esse modelo sindical vem se desenhando há algum tempo, o que tem

levado uma série de conquistas ao produtor rural. Para exemplificar: nos últimos anos, a FAEP obteve vitórias importantes, como a aprovação do novo Código Florestal e a manutenção da Tarifa Rural Noturna. Em outra ponta, a Federação tem exercido atuação sistemática na questão ambiental – como a suspensão judicial de demarcação de terras indígenas no Oeste – e no setor de sanidade – com a luta para o reco-

nhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação.

“O sistema sindical, hoje, precisa ser como uma corrente, com produtores, sindicatos e a Federação unidos. Todos os elos precisam estar fortalecidos. A força de um é a força do outro”, define o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Neste sentido, Federação e muitos sindicatos têm apostado na ampliação da representatividade, prestação de serviços, melhoria da infraestrutura para receber os sindicalizados e maior oferta e abrangência de cursos de capacitação. Apesar do salto em excelência, a contribuição sindical passou a ser facultativa com a Reforma Trabalhista, em novembro de 2017, fato que trouxe um desafio ao sistema sindical: mostrar que toda essa cadeia é indispensável à atividade agropecuária.

“O sistema sindical presta um serviço inestimável ao produtor rural. Sem essa retaguarda, a atividade agropecuária simplesmente fica inviável. O nosso desafio é mostrar todas essas ações e conquistas, tudo que o produtor ganha a partir do sistema. Se o produtor fizer essa reflexão, vai contribuir, porque é um dinheiro que torna a atividade mais forte”, aponta Meneguette.

Pelo interior do Estado, os sindicatos rurais já perceberam a importância de divulgar a própria atuação, a rede de serviços prestados e os avanços conquistados. A partir disso, as lideranças sindicais não têm dúvidas de que essa sensibilização dos produtores deve tornar o sistema ainda mais forte e coeso.

“O sindicato rural é a defesa da própria atividade. Ter uma entidade forte e atuante é primordial”, diz o produtor rural de Astorga Eduardo Alberto Fernandes. “Se o produtor puser na ponta do lápis, ele economiza ao pagar a contribuição sindical. Economiza por quê? Porque tem uma série de benefícios que só vem por causa do sistema sindical, que luta pelos interesses do campo”, reforça o presidente do Sindicato de Toledo, Nelson Paludo.



Mobilização dos produtores garante acesso asfaltado a propriedades rurais no Oeste do Paraná

Representatividade

O Sindicato Rural de Goioerê, no Noroeste do Paraná, tem atuado de maneira incisiva na região, com investimento em ações de representatividade. Nos últimos anos, com a necessidade de reorganizar a instituição, foi preciso conquistar o setor com ações sólidas. “Conseguimos fortalecer nossa atuação perante os produtores com uma diretoria formada por pessoas ativas e que têm representatividade perante a classe. Isso fornece credibilidade ao sindicato e nossa função é manter essa base de apoio ao agricultor, entre tantas coisas novas que vêm surgindo”, comenta Sérgio Fortis, presidente da entidade.

Esse fortalecimento de representatividade fez com que o sindicato ganhasse força também no meio político. Uma das provas é que Pedro Coelho, ex-presidente do sindicato, na segunda empreitada eleitoral, obteve êxito e atualmente ocupa o cargo de prefeito do município. “Isso é importante, pois temos mais força para enfrentar situações que aparecem, como as Cortinas Verdes. Graças à postura

do prefeito, essa possibilidade, que traria prejuízos enormes ao município, está descartada”, exemplifica Fortis, apenas para mencionar um dos feitos da enorme lista.

Em Toledo, no Oeste, a articulação conduzida pelo sindicato rural aproximou produtores da prefeitura. A partir daí, se estabeleceu uma parceria para pavimentar as estradas rurais da região, com os agropecuaristas arcando com 30% dos custos e o poder público cobrindo os outros 70%. Desta forma, mais de 320 quilômetros de vias rurais já foram asfaltados, com benefício direto a produtores e a agroindústrias de aves e suínos.

“Com a demanda dos produtores, na época [em 2005], nós procuramos o então prefeito [José Carlos] Schiavinato e mostramos a necessidade de se investir nas estradas rurais. O interior é uma indústria, então tem que ter infraestrutura. Por conta da nossa representatividade, fomos ouvidos e começou essa parceria. Hoje, a relação é tão boa que os produtores procuram a prefeitura diretamente”, relembra Nelson Paludo, que desde 2000 preside o sindicato rural.

Prestação de serviços

No Sindicato Rural de Astorga, no Norte do Paraná, a prestação de serviços de qualidade aos seus associados é prioridade. Em folha de pagamento, por exemplo, a entidade atende permanentemente um total de 200 empregadores rurais. Anualmente, são realizadas em torno de 800 declarações de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e mais de 500 Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Assessorias jurídica e ambiental e até mesmo orientações na hora de encaminhar aposentadorias também estão na lista de tarefas dos 10 funcionários do sindicato.

Ademil Batista Dardengo, administrador do Sindicato de Astorga, revela que a entidade hoje conta com cerca de 350 associados, que têm direito aos serviços, por pagarem a contribuição sindical. “Se considerar tudo o que oferecemos, acaba saindo em conta. Até porque priorizamos a excelência. E para você manter serviços de primeira linha, isso custa. Não adianta ter funcionários sem qualidade. Tem que trabalhar e mostrar serviço, não tem outro jeito”, enfatiza.

“Sozinho, o produtor não consegue. O sindicato existe para representar e defender os interesses. Para as brigas maiores, a Federação se encarrega”

**Nelson Paludo,
presidente do Sindicato
de Toledo**

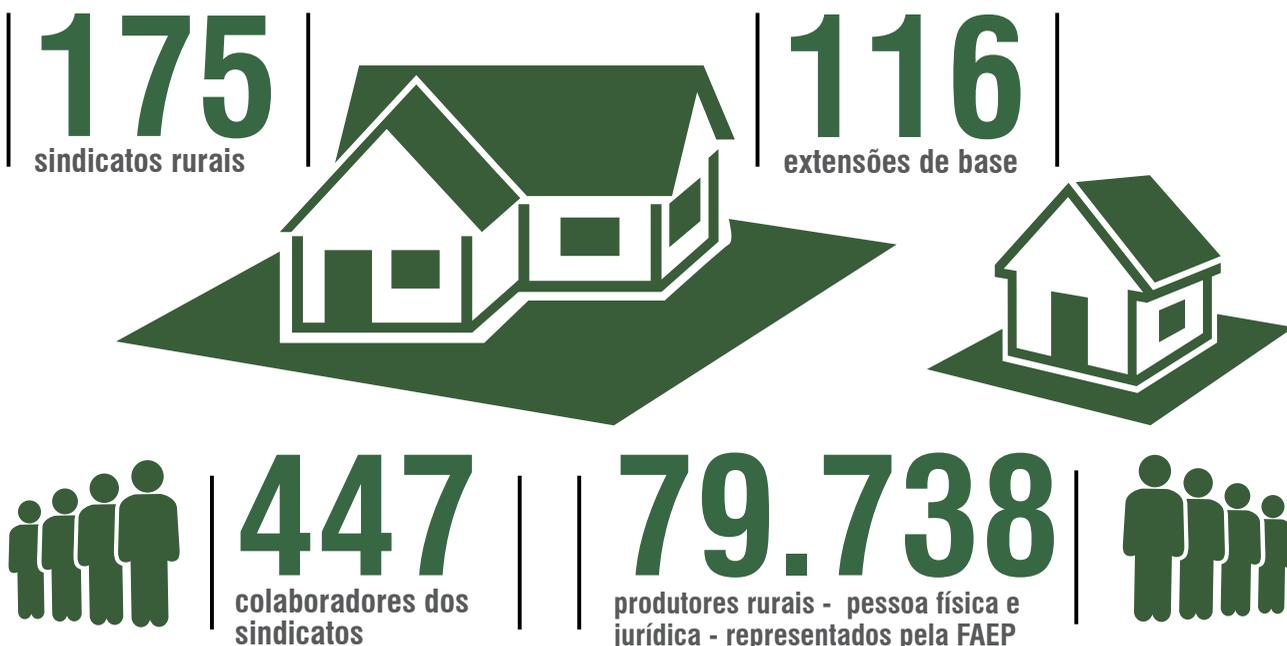
O produtor Eduardo Alberto Fernandes, com propriedade no município, classifica os serviços do sindicato como fantásticos. “Fazemos praticamente tudo lá, desde folha de

pagamento, recolhimento de encargos, contabilidade e imposto de renda. Eles investem em qualificação, comunicação com a fazenda, estão sempre atentos aos cursos realizados pelo SENAR-PR e nos comunicam de forma ágil e eficaz”, diz. “O sindicato rural é a defesa da própria atividade. Ter um sindicato forte e atuante é primordial”, complementa.

Em Colorado, Noroeste do Estado, o sindicato rural também entendeu que o produtor rural precisa se atualizar rapidamente frente às mudanças de legislação e às exigências administrativas. Por isso, a unidade sindical se especializou em prestar esses serviços de forma confiável. Hoje, a entidade faz mais de 150 folhas de pagamentos, cerca de 600 procedimentos de pagamento ITR por ano, além de prestar outros serviços, como o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e orientações quanto ao Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF).

Para todo esse rol de atividades, o associado encontra condições favoráveis – o que acaba funcionando como um convite para que o produtor rural se sindicalize. Hoje, são mais de

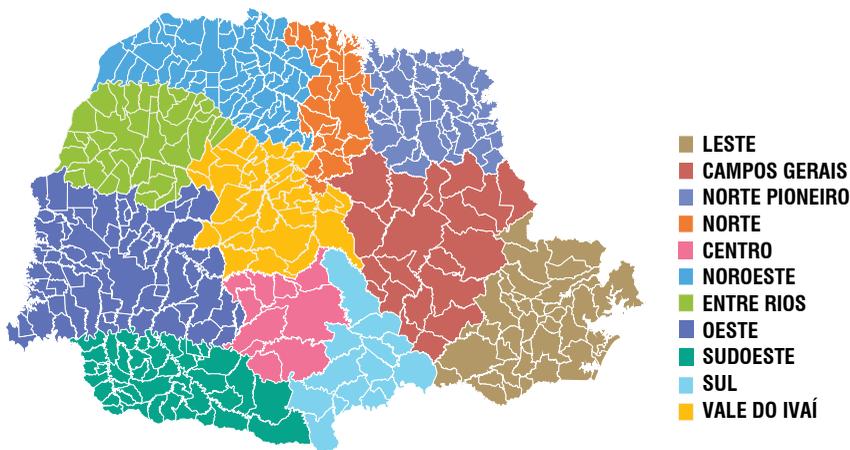
SISTEMA SINDICAL EM NÚMEROS



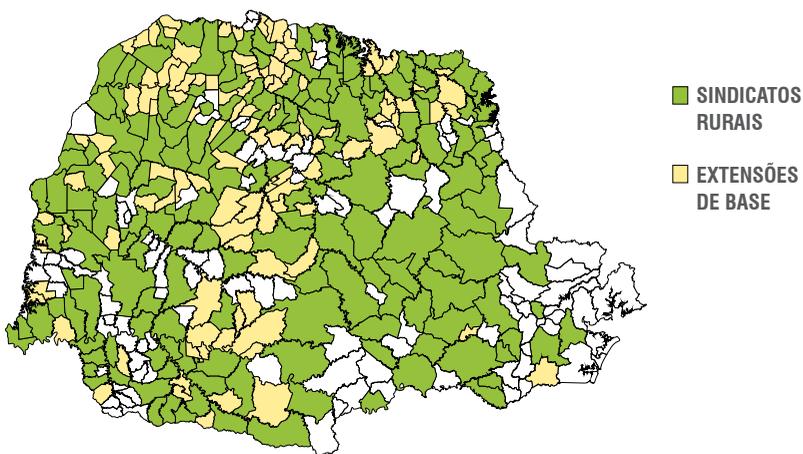
200 filiados, com acesso a essa rede de serviços centrada na sede própria, localizada no centro da cidade.

“O produtor rural, hoje, é uma empresa. Então, além da questão da representatividade, o sindicato tem que funcionar como um escritório agrícola. Ajudamos os produtores a cumprir essas obrigações administrativas e bem mais em conta financeiramente em relação a um escritório de contabilidade. Um serviço que a gente cobra R\$ 5 para o associado, sai por R\$ 50 para quem não é. Se o produtor for fazer em um escritório a parte, vai gastar muito mais e não vai ter a nossa qualidade de atendimento, porque somos especializados. Nossos funcionários recebem treinamento constante da FAEP”, ressalta o presidente do sindicato rural, José Getúlio Assoni Rocco. “A Federação está sempre atenta à necessidade do campo e, conforme surgem as demandas, rapidamente, organiza cursos e eventos para capacitar os colaboradores dos sindicatos para estarem à disposição dos produtores”, complementa João Lázaro, coordenador do Departamento Sindical da FAEP.

NÚCLEOS REGIONAIS NO ESTADO



PRESENÇA DOS SINDICATOS RURAIS NO PARANÁ



11 Comissões

A FAEP possui **comissões técnicas** compostas por produtores de todas as regiões do Paraná que se reúnem periodicamente para analisar o panorama de cada uma das atividades e dos grandes temas do agronegócio.

 BOVINOCULTURA DE CORTE	 CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA	 CAFEICULTURA	 MEIO AMBIENTE	 SUINOCULTURA
 BOVINOCULTURA DE LEITE	 AVICULTURA	 HORTIFRUTICULTURA	 SANIDADE AGROPECUÁRIA	 CANA-DE-AÇÚCAR
 CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS				



Qualificação: peça-chave para manter a cadeia produtiva em desenvolvimento

Modernização

Em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, a gestão dos recursos está prestes a dar uma nova sede ao Sindicato Rural. Em fase de acabamento, o prédio deve ser inaugurado ainda no primeiro semestre, com uma estrutura exemplar, de 1,3 mil metros quadrados de área construída, em pleno centro da cidade, com duas salas para cursos do SENAR-PR, uma de videoconferência e um auditório para 100 pessoas, além de estacionamento interno para 14 veículos.

“Espaço maior, muito mais moderno e adequado para atender o produtor rural, com todo o conforto que merece. É um projeto que prevê o crescimento do sindicato”, diz o presidente da entidade, Oradi Francisco Caldato.

Para dar esse salto, o sindicato rural se preparou ao longo dos últimos anos, de modo a criar um fundo para financiar a construção. O objetivo da mudança é adequar o espaço a outro forte campo de atuação do sindicato: a prestação de serviços.

Hoje, a entidade conta com nove funcionários e dois estagiários, todos atualizados com as mudanças administrativas e as novas exigências ao produtor rural. Entre os serviços prestados, estão cerca de 550 folhas de pagamento. O Sindicato Rural faz ainda mais de 1,3 mil declarações de Imposto Territorial Rural (ITR), de forma gratuita ao associado.

“A gente está muito alinhado com a FAEP. A cada nova instrução normativa, a cada nova lei que afeta a vida rural, nossos funcionários recebem treinamento da Federação, para orientar melhor o associado. Nossa equipe está afinadíssima”, aponta Caldato.

Ressurgimento

Durante 14 anos, de 1994 até 2008, o produtor de leite Eduardo Lucacin, com propriedade em Mariluz, lembra que os produtores da região viveram com uma lacuna. O sindicato rural do município, fundado em 1984, ficou inativo nesse período. “Nós vivemos esse tempo sem amparo. Não tínhamos representação

em diversas questões, até mesmo nas convenções salariais”, recorda.

De 2008 para cá, no entanto, Lucacin e os produtores rurais de Mariluz viram esse cenário se transformar. “Com o retorno do sindicato, passamos a ter representatividade e amparo em questões trabalhistas, ambientais, jurídicas e muitas outras”, comenta. “Nós tivemos grandes problemas, incluindo uma tentativa de construção de uma barragem hidrelétrica que iria alagar uma boa parte do município. O sindicato ocupou um papel, ao longo desses anos, imprescindível para o município”, avalia.

Junto com a representatividade dos produtores, vieram grandes conquistas dos produtores com o sindicato nos últimos anos. Mar Sakashita, presidente da instituição, recorda que, já nos primeiros anos, os produtores conseguiram adquirir dois terrenos. Em 2011, a tão almejada sede própria foi edificada. Recentemente, em 2018, foi concluído um outro sonho antigo, um salão de eventos. “Tudo começou com a reorganização da instituição, com a realização de treinamentos, capacitação profissional, formação de lideranças, palestras informativas e motivacionais”, recorda.

Sakashita cita que cada participante do sindicato, dos diretores aos associados, tiveram um papel crucial nas conquistas dos últimos anos. “Isso nas várias áreas que atuamos, desde crédito rural, até a própria legislação estadual. Recentemente, durante a proposição de Áreas de Preservação Permanente inviáveis, o sindicato, mais uma vez, teve um papel importante para o esclarecimento aos produtores das consequências econômicas e sociais que isso traria ao município”, cita.

Excelência e capacitação

O Sindicato Rural de Pitanga, no Centro-Sul, tem a qualificação das famílias de produtores rurais como um de seus pilares de atuação. No ano passado, foram mais de 160 cursos ministrados pelo SENAR-PR: média de quase um curso a cada dois dias. Mais de 2 mil pessoas foram certificadas,

em pelo menos uma capacitação disponibilizada por meio do sindicato.

“Uma das nossas metas é a qualificação profissional. Temos um funcionário voltado só para promover as capacitações. Trabalhamos desde cursos mais rápidos até os mais extensos, como o JAA [Jovem Agricultor Aprendiz] e o PER [Programa Empreendedor Rural]”, reforça o presidente, Luiz Zampier.

Além da prestação de serviços e da atuação na questão ambiental – dois pontos fortes de atuação –, a entidade também está apostando em infraestrutura. O sindicato já tem sede própria e, agora, está em vias de inaugurar um centro de eventos com recinto de leilões, orçado em R\$ 2,5 milhões, bancados com recursos próprios. O espaço ficará em uma área de 26 mil metros quadrados, com barracões, espaço para shows e tatersal (local) de leilões.

“Nós promovemos seis leilões por ano. Então, o espaço é uma demanda dos próprios produtores. Além disso, vai ser uma fonte de receita importante para o sindicato. Vamos alugar o espaço para shows, casamentos e festas de formatura”, planeja Zampier.

“O sistema sindical é uma cadeia com uma atuação constante, com um impacto sempre positivo para o produtor rural”

***Oradi Caldato,
presidente do Sindicato
de Pato Branco***

O Sindicato Rural de Guarapuava tem protagonizado uma trajetória de fortalecimento de sua representatividade. Por meio de uma campanha,

a instituição conseguiu ultrapassar a marca dos mil sócios. “Percebemos que à medida em que crescia, o sindicato se tornava mais representativo, mais efetivo em suas ações. E principalmente dentro da comunidade do setor produtivo, por meio de concursos, capacitações do SENAR-PR e palestras levando informações. O sindicato foi se tornando cada vez mais ativo e mais forte perante os setores público e privado”, relata Rodolpho Botelho, presidente da entidade.

O dirigente compartilha que, além do investimento firme em representatividade, a qualificação é um pilar fundamental para a instituição. “Nós trabalhamos de forma sólida na capacitação do produtor rural, familiares e colaboradores. Com isso, também aproximamos o sindicato rural das demais entidades representativas do comércio, cooperativas, setor público para ter integração mais firme. Assim, qualificamos a discussão de estratégias para chegar a um melhor desenvolvimento econômico regional, não só do setor agropecuário”, explica.



Sindicatos rurais disponibilizam aos produtores serviços de excelência nas áreas mais importantes para se manterem em dia com suas obrigações

No final do ano passado, durante o apagar das luzes do governo Michel Temer, uma medida trouxe grande apreensão ao meio rural. O governo federal publicou o Decreto 9642/2018, que – em linhas gerais – acaba gradativamente com os descontos concedidos na tarifa de energia elétrica previstos no Decreto 7891/2013, como o desconto concedido à atividade agropecuária, que varia entre 10% e 30%. Na prática, a medida acaba com a tarifa rural.

De acordo com o decreto, estes descontos seriam reduzidos na medida de 20% ao ano, até serem extintos totalmente em 2023. Outra novidade, que já está valendo, é a impossibilidade de acumular mais de um desconto. Produtores beneficiados pela tarifa rural e ainda contam com o desconto do horário reservado, por exemplo, que beneficia aquicultores e irrigantes, terão que escolher entre um ou outro benefício.

A perspectiva é que a medida traga aumento significativo para a conta de luz dos produtores brasileiros (e paranaenses). Em alguns segmentos nos quais a energia é um importante insumo, como avicultura, suinocultura, pecuária de leite e piscicultura, as consequências podem ser catastróficas.

“Certamente a concessão de subsídios não pode ser simplesmente retirada, pois muitos produtores precisam desse desconto para fechar a planilha de custo e obter lucro, até mesmo para pagar seus financiamentos e outros compromissos. É necessário que seja construída uma solução de longo prazo para a manutenção da atividade produtiva no meio rural. Senão o governo estará asfixiando o setor que garante o superávit comercial e mantém as contas brasileiras nos trilhos”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Avicultura

No Paraná, maior produtor e exportador de aves do Brasil, a avicultura

Decreto pode causar 'curto-circuito' no campo

Medida que propõe fim dos subsídios para eletricidade no meio rural pode trazer sérias consequências caso não seja vetada

Por André Amorim

deverá sofrer um pesado golpe se a medida não for revertida. Em média, a energia elétrica corresponde a 20% do custo de produção. Dependendo da região do Estado (se o clima for muito frio ou muito quente), esse percentual pode dobrar, conforme explica o presidente da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, Carlos Bonfim. “Hoje a atividade é toda automatizada, um barracão pequeno já tem uns 10 motores funcionando”, afirma.

Como é necessário controlar toda a ambiência para manter o bem-estar dos animais, por meio de ventiladores, aquecedores e outros aparelhos, a demanda de energia é enorme. Uma oscilação mais brusca pode colocar todo lote em risco, muitas vezes comprometendo o faturamento do produtor.

Na opinião de Bonfim, caso não seja revertida a medida, a avicultura poderá se tornar inviável, uma vez que os produtores trabalham com

margens apertadas. “O horizonte que eu vejo é o pior possível. A energia e a mão de obra são os custos mais pesados da atividade”, considera.

Para se ter ideia dos impactos desta medida, hoje a participação da energia elétrica nos custos variáveis da avicultura paranaense é de 19,41%. Em 2023, quando a redução gradual do desconto chegar a 100%, essa participação será de 25,57% nas contas do produtor. “Um crescimento de 31,74% na participação da energia sobre os custos variáveis, apenas em cinco anos”, explica o economista do Departamento Técnico Econômico do Sistema FAEP/SENAR-PR Luiz Eliezer Ferreira.

Traduzindo em valores, um produtor rural que tem consumo mensal de 1 mil kWh, hoje paga R\$ 355,26 com o desconto da tarifa rural. Com a extinção do benefício sua conta passará para R\$ 507,42, variação de 42,86%.



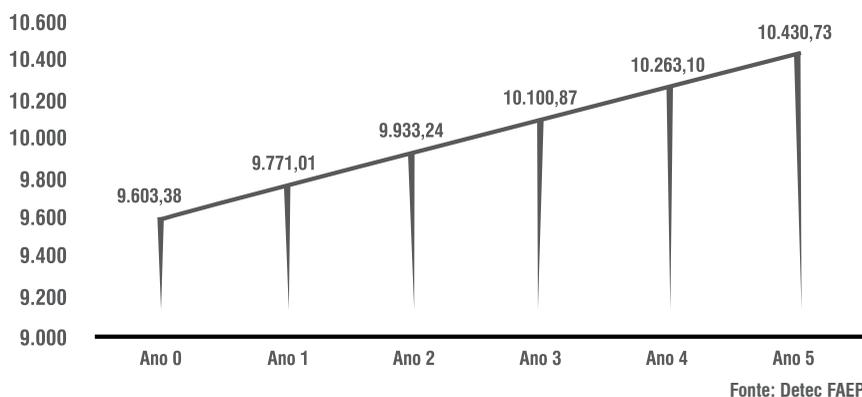
em 2018, a energia é o segundo insumo que mais pesa na piscicultura (o primeiro é a ração), respondendo por 8,25% do Custo Operacional Efetivo. Isso significa que a cada quilo de tilápia, comercializado a R\$ 3,74, a energia representa R\$ 0,30. “Este custo é maior que a margem líquida, que é de R\$ 0,10. A energia é mais cara que o lucro do produtor”, explica o médico veterinário do Departamento Técnico Econômico do Sistema FAEP/SENAR-PR Alexandre Lobo Blanco.

Reação em cadeia

A intenção do governo de suspender o subsídio para os produtores rurais motivou reações no legislativo. Até o fechamento desta edição foram contabilizados sete projetos de decreto legislativo com objetivo de sustar os efeitos do Decreto 9642/2018 do ex-presidente Temer tramitando na Câmara Federal. Em um deles (PDL 8/2019), o deputado Dionilso Marcon, do Rio Grande do Sul, argumenta que “as injustiças do presente decreto são flagrantes, pois prejudicam diretamente os milhões de trabalhadores rurais, em especial as cooperativas de pequenos agricultores. Como se não bastassem os altos custos de produção e a queda generalizada nos preços dos produtos agrícolas, o governo federal joga a responsabilidade dos aumentos de custos de energia elétrica nas costas dos trabalhadores na agricultura, de forma desonesta e infundada”.

Outro ponto que deve ser tratado é que a qualidade da energia que chega ao meio rural, que não é a mesma da energia no meio urbano. Não raro as concessionárias contam com redes de distribuição defasadas no interior, que acarretam interrupções no fornecimento, trazendo graves consequências econômicas, principalmente a pecuaristas, que dependem da qualidade do fornecimento para manter aviários, granjas, tanques e outras estruturas funcionando corretamente.

CUSTOS VARIÁVEIS DO PRODUTOR - R\$/AVIÁRIO



Piscicultura

“No peixe é pior ainda!”, sentencia o produtor Edmilson Zobot, que além de aves, possui criação de tilápia em Palotina, na região Oeste do Estado. Segundo ele, isso ocorreria porque as algas fazem a fotossíntese durante o dia, consumindo gás carbônico e liberando oxigênio na água, mas essa relação se inverte à noite, sendo necessária a uti-

lização de aeradores nos tanques para que os peixes não sofram com a falta de oxigênio neste período. “Irá inviabilizar a atividade, pois trabalhamos com alta densidade de peixes por metro quadrado. Se a energia aumentar vão ter que diminuir a densidade de peixes, para não esgotar o oxigênio da água”, explica.

De acordo com o painel do projeto Campo Futuro, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), desenvolvido

Pecuária Moderna firma parceria com laboratório de biotecnologia

Pecuaristas que fazem parte do programa terão suporte para implementar melhoramento genético nos rebanhos



O Programa Pecuária Moderna conquistou mais um parceiro, que irá auxiliar no trabalho para alavancar a bovinocultura de corte no Paraná. O termo de cooperação entre o programa desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR e outras entidades dos setores público e privado e o Centro de Biotecnologia e Reprodução Animal (Cescage Genética) foi assinado durante o Dia de Campo Internacional do Grupo Cescage, no dia 14 de fevereiro, em Ponta Grossa, nos Campos Gerais.

Para o presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte do Sistema FAEP/SENAR-PR, Rodolpho Botelho, essa nova parceria é importante para o desenvolvimento do setor produtivo e para a evolução do rebanho do Estado. “O Cescage Genética está com um trabalho forte nessa questão de reprodução animal, transferência de embriões e insemi-

nação artificial, com técnicos de alto nível. O potencial de crescimento é grande. Por ser uma instituição de pesquisa, será um grande aliado para levar tecnologia e informação para o homem do campo”, garante.

O fundador do Grupo Cescage, José Sebastião Fagundes Cunha, conta que buscou os melhores especialistas do país para habilitar o laboratório. “Nós temos a melhor genética do Brasil em qualquer raça. Agora, temos um projeto extraordinário e a FAEP está conosco. Precisamos unir todas as instituições e os pecuaristas neste trabalho, pois temos condições de produzir uma das melhores carnes do mundo”, destaca.

Fundado em 2005, o Cescage Genética atua na produção de sêmen e embriões *in vitro* de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos e na pesquisa de produção de embriões *in vivo* de

ovinos e caprinos. Credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a empresa é o primeiro laboratório de biotecnologia de reprodução animal da região Sul do Brasil.

Nesta mais recente parceria, os participantes do Programa Pecuária Moderna receberão assistência técnica do laboratório, além de terem acesso a descontos nos cursos de agronomia e medicina veterinária do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais, que pertence ao Grupo Cescage.

O laboratório oferece trabalhos de coleta e processamento de sêmen, programas de inseminação, coleta, congelamento e transferência de embriões, fertilização *in vitro* e importação e exportação de sêmen, embriões e animais. Ainda, o Cescage Genética conta com cursos de capacitação e atualização técnica, que serão disponibilizados aos produtores cadastrados no Programa Pecuária Moderna.

Mais tecnologia e qualidade

Durante a parceria, o Cescage Genética irá trabalhar no desenvolvimento de novos projetos de nutrição animal e pesquisas para melhoramento genético do rebanho paranaense. “Vamos utilizar toda a nossa tecnologia de inseminação e reprodução em prol dos pecuaristas do Paraná. Será oferecido assistência de acordo com a vocação regional de cada produtor, atendendo suas especificações e o que melhor se adapta”, afirma Fagundes Cunha.

A integração do Programa com um laboratório especializado em biotecnologia irá potencializar a pecuária de corte paranaense e trazer vantagens para a cadeia produtiva. “O melhoramento genético permite retomar a qualidade do rebanho, traz animais mais qualificados e garante o abate precoce do animal”, explica o coordenador do Comitê do Programa Pecuária Moderna dos Campos Gerais, Affonso Saldanha.

O abate antecipado é uma vantagem econômica para o produtor, pois diminui o tempo de permanência do animal na propriedade, reduz o custo de produção e oferece a possibilidade de acréscimos de cabeças no rebanho. Segundo Saldanha, com o aumento da produtividade, a rentabilidade da propriedade também tende a crescer.

A qualidade da carne é outro ponto importante a ser considerado na hora de investir em biotecnologia. Por meio do cruzamento de raças é possível utilizar as diferenças e variedades existentes para obter a melhor seleção genética e, conseqüentemente, uma carne mais macia. “O animal geneticamente modificado adquire boa porcentagem de gordura mais rápido e chega no ponto de abate mais jovem. Tudo isso influencia na qualidade da carne”, complementa.

O trabalho realizado pelo Programa Pecuária Moderna atua em diversas esferas da cadeia produtiva da bovinocultura de corte, desde nutrição, sanidade, genética até gestão financeira. Por esse motivo, o programa busca parcerias em diversas áreas, para atender o produtor da



Produtores passam a contar com assistência técnica em melhoramento genético

Atravessando fronteiras

Durante o Dia de Campo Internacional, realizado em Ponta Grossa, também foi oficializada a criação do Parque Tecnológico Agro Inovação Sustentável Cescage Genética, com matriz na região dos Campos Gerais, e um polo tecnológico de produção de genética animal em Misiones, no Paraguai. O parque será um complexo de desenvolvimento empresarial e tecnológico, com o objetivo de dar subsídio às atividades voltadas à inovação e ao agronegócio.

forma mais completa possível. “Nosso objetivo é oferecer informação e suporte em todos os eixos para melhorar o desempenho no campo”, afirma Saldanha.

Outras parcerias

Desde a sua criação em 2015, o Programa Pecuária moderna já estabeleceu diversas parcerias em vários segmentos, por exemplo, com empresas dos setores de equipamentos e insumos. Dessa maneira, os produtores têm acesso a benefícios como descontos e bonificações na compra de produtos dos parceiros.

Em contrapartida, as empresas podem participar de eventos técnicos e dias de campo do programa, acessando novos potenciais mercados.

O misterioso Triângulo das Bermudas

Apesar das lendas sobre o desaparecimento de embarcações e aviões, a ciência aponta a formação de gás metano nas águas do local como causa

O Triângulo das Bermudas, uma área do Oceano Atlântico, é cercado de histórias e mistérios, principalmente envolvendo o desaparecimento de aviões e embarcações em sua área. A área que forma uma espécie de triângulo imaginário com a ilha de Bermudas, a cidade de San Juan (Porto Rico) e a cidade de Miami (Estados Unidos) nas pontas faz parte dos descritores náuticos há séculos. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, mais de 100 navios e aviões desapareceram no local.

O mais antigo relato “sombrio” sobre o Triângulo das Bermudas partiu de Cristóvão Colombo, que afirmava que

a sua bússola apresentava um mau funcionamento no local, além de este ser muito perigoso e aparentemente emitir luzes embaixo do oceano. No entanto, o local ganhou maior notoriedade a partir do acidente envolvendo cinco aviões americanos que misteriosamente sumiram, vitimando dezenas de tripulantes, em 1945.

Seis anos depois, um avião cargueiro, também norte-americano, desapareceu na região sem emitir nenhum sinal. Teoricamente, as condições de voo eram ideais e não houve uma explicação plausível para o sumiço repentino do avião, que transportava mais de 50 pessoas. Houve, poste-

riormente, outros casos de sumiços, naufrágios e mortes no local.

Essas ocorrências instigaram o imaginário popular, fazendo com que autores de livros e a população como um todo passassem a elaborar teorias mirabolantes, como raptos praticados por extraterrestres, passagens para outro mundo, monstros aquáticos e muitas outras lendas.

No meio científico, a teoria mais aceita para explicar os acidentes no Triângulo das Bermudas está relacionada a formação de gás metano nas águas em função da formação de vulcões submersos nos oceanos, o que provocaria efeito sobre as águas



e também na atmosfera. Em 2010, uma equipe de pesquisadores austríacos finalmente comprovou a teoria do gás metano. Os solos do oceano liberam esse composto responsável por diminuir a capacidade de flutuação dos barcos, que, dependendo da concentração e do local, podem afundar repentinamente. Esse gás é também liberado em forma de bolhas na atmosfera, podendo reagir com faíscas liberadas pelo motor dos aviões, que correm o risco de explodirem, ou simplesmente provocar o desgaste dos motores.

Já a explicação para o mau funcionamento das bússolas está re-

lacionada ao fenômeno conhecido como variação de bússola, em que o instrumento passa a apontar para o norte geográfico e não para o polo norte magnético. Esse fenômeno é de conhecimento comum entre aqueles que entendem de técnicas de navegação. Porém, se algum operador inexperiente utilizar a bússola sem fazer as devidas correções, fatalmente se perderá, aumentando as chances de naufrágio.

Apesar das teorias, ainda não existe consenso. Para vários especialistas, há muito exagero em torno do assunto. Fenômenos bem mais comuns, como tempestades, expli-

cariam boa parte dos naufrágios e muitos podem ter ocorrido longe da área. Em 1975, no livro *The Bermuda Triangle Mystery – Solved* (“O Mistério do Triângulo das Bermudas – Solucionado”, inédito no Brasil), o ex-piloto americano Larry Kusche mostra o trabalho de meses de investigações sobre vários incidentes e conclui que os aviões desaparecidos em 1945 caíram no mar por causa da simples falta de combustível.

De qualquer forma, as histórias sobre o Triângulo ainda impressionam. Porém, todos os dias uma grande quantidade de aviões e embarcações passa pelo local de forma ílesa.

FAEP fornece apoio ao trabalho das Cadecs



Além de capacitar os produtores integrantes das comissões, técnicos estão acompanhando as reuniões com as agroindústrias para auxiliar nas negociações

A FAEP tem atuado de perto com as Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) no Paraná. Desde o início do ano, técnicos capacitados para prestar assessorias técnica e jurídica aos produtores estão se deslocando pelo Paraná para apoiar, subsidiar e participar das reuniões, no âmbito das Cadecs, entre produtores de frango e suínos e as agroindústrias. Desta forma, o diálogo tem trazido mais segurança aos envolvidos nas cadeias produtivas e agilizado a resolução de problemas que antes, muitas vezes, sequer eram colocados sobre a mesa de negociação.

As Cadecs começaram a ser montadas em 2016, a partir da entrada em vigor da chamada Lei da Integração (Lei 13.288/2016). Essa regulamentação prevê a obrigatoriedade da criação dessas comissões, que se constituem como espaços para negociações equilibradas com representantes dos produtores e das agroindústrias integradoras. Cada Cadec precisa ter em sua composição dez membros titulares e dez suplentes (metade pelo lado dos pecuaristas e metade pelo lado da empresa).

Com o trabalho conjunto de produtores e agroindústrias, esses espaços de diálogo já se tornaram referência no Paraná. “Com a criação dessas comissões, o diálogo

passou a ser a principal ferramenta de negociação e até mesmo convivência entre avicultores e suinocultores integrados e agroindústrias do Estado. Nossa meta é, junto com produtores, sindicatos rurais e as próprias indústrias, estabelecer Cadecs em 100% das unidades industriais. O trabalho não é simples, mas se faz necessário, com convicção de que iremos conseguir, pois Cadec formada é garantia de diálogo e de defesa dos interesses dos produtores”, diz o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Status

De acordo com a técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR Mariana Assolari, há três status para as Cadecs: criação, implantação e consolidação. No caso da avicultura, das 31 plantas industriais existentes no sistema integrado paranaenses (27 de unidades produtoras e quatro de matriz e recria), 20 contam com Cadecs mobilizadas, em alguma das três fases. Ainda neste universo, 10 já na etapa mais madura, de consolidação. Isso significa que já possuem uma rotina fixa de conversas com indústria e de resolução de problemas. Na cadeia de suínos, das 12 unidades produtivas, seis contam com Cadecs. O Paraná ainda conta, nas duas cadeias, com



Cadecs também funcionam na cadeia da suinocultura paranaense

Conquistas emblemáticas

- No primeiro semestre de 2018, a União Europeia impôs um embargo à carne de frango brasileira, com o descredenciamento de oito plantas agroindustriais paranaenses. Por meio das Cadecs, foram negociados valores pagos aos avicultores que ficaram com os galpões vazios. Em Toledo, por exemplo, onde há uma unidade da BRF, produtores receberam R\$ 0,15 por metro quadrado de aviário por dia.
- A mesma negociação para o pagamento por ociosidade serviu como base para compensar os produtores quando a unidade industrial de Francisco Beltrão, na região Sudoeste, decidiu parar de produzir perus, em agosto do ano passado. Um total de 350 produtores ficaram desamparados e um valor pré-determinado foi repassado aos atingidos.
- Durante a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, com a logística nacional paralisada, as Cadecs negociaram com líderes dos bloqueios a passagem de caminhões de ração. Isso evitou prejuízos catastróficos de mortalidades em massa que teriam ocorrido caso houvesse a interrupção no fornecimento de alimentação aos animais.

unidades gerenciadas por cooperativas. Porém, a Lei de Integração não se aplica a essa modalidade.

A técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR enfatiza que é importante ter em mente que as Cadecs não representam um processo engessado. Mesmo aquelas que hoje estão consolidadas podem, em alguns períodos, necessitarem de uma reestruturação. O que é preciso, em todos os casos, é persistência e mobilização para fortalecer cada vez mais esses espaços. “Não existe solução milagrosa. Existe a maneira certa de se fazer uma intervenção, com estratégia adequada. E no que depender de nós, estamos à disposição para fazer de tudo para promovermos ações coesas e com consistência”, revela Mariana.

O fato de a FAEP estar atuando desde a formação das primeiras Cadecs e seguir participando com subsídios técnico e jurídico é fundamental, na avaliação do presidente do Núcleo de Cadecs, o avicultor Carlos Bonfim. “Chega uma hora nas Cadecs que tem situação muito crítica. Com o apoio das partes técnica e jurídica da FAEP junto conosco, isso dá outro peso, a integradora já olha com outros olhos, tem um outro tom na negociação. Temos um respaldo e uma garantia que de outra forma seria diferente. Isso tem nos ajudado muito e feito a diferença na hora de colocar as cartas na mesa”, relata.

Núcleo de Cadecs

Formado por meio de um trabalho coordenado pela FAEP, o Núcleo de Cadecs presidido por Bonfim é uma espécie de fórum permanente de todas as comissões espalhadas pelo Estado. O objetivo é fortalecer e dar subsídio ao trabalho dessas comissões, com a definição das melhores estratégias na hora de atuar em benefício dos interesses coletivos dos produtores. “A FAEP foi pioneira. O Paraná é quem mais tem Cadecs no Brasil e, inclusive, serve de exemplo para outros Estados”, diz Bonfim.

Qualificação

Além de atuar no apoio direto, na mobilização para criação, implantação e consolidação e também participando de reuniões, o Sistema FAEP/SENAR-PR atua na formação dos produtores participantes das Cadecs. Desde o segundo semestre de 2017, há um plano de capacitação, com quatro formações, à disposição dos membros das comissões: “Noções jurídicas aplicadas aos contratos de integração”, “Organização de reuniões”, “Técnicas de negociação” e “Custos de Produção”. Já foram capacitadas mais de 200 pessoas nesses treinamentos.



Projeto de biogás propõe sustentabilidade energética no Oeste do PR

Entre Rios do Oeste irá interligar propriedades para produzir energia elétrica a partir dos dejetos de animais

Por Bruna Fioroni

Nas áreas rurais, o biogás é uma alternativa real, que apresenta viabilidade devido ao uso dos resíduos agropecuários como matéria-prima para a produção. Isso permite que projetos inovadores saiam do papel. Um deles vem de Entre Rios do Oeste, município na região Oeste, com cerca de 4,3 mil habitantes. O projeto é uma parceria de diversas entidades, envolvendo pesquisas desde 2016, para a produção de energia elétrica a partir do biogás proveniente dos resíduos da suinocultura. O rebanho suíno é o destaque da agropecuária enterrerriense, com cerca de 220 mil animais.

No Paraná, diversos setores têm atuado para incentivar a produção e o uso do biogás. A FAEP se destaca por sua participação ativa no processo (leia mais sobre a atuação da entidade na página 20). A Política Estadual do Biogás e Biometano, aprovada pelo governo estadual em maio de 2018, que estabelece apoio e determina regras, obrigações e instrumentos para a produção e consumo do biogás no Estado foi assinada na sede da entidade.

De acordo com o diretor-presidente do Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás), Rodrigo Regis de Almeida, o projeto cria condições para aumentar a competitividade do agronegócio, transformando o que antes era um passivo ambiental, num ativo econômico. “Estamos trabalhando na integração dos produtores rurais envolvidos, re-

duzindo o custo operacional por meio do ganho de escala. Esses produtores também serão remunerados pelo biogás que produzirem, ou seja, geração de nova renda”, explica.

Apoio à produção sustentável

O projeto consiste em um biogasoduto de 23 quilômetros passando por 17 propriedades, cada uma com seu próprio biodigestor. As propriedades serão conectadas a uma mini-central termelétrica, que irá gerar energia elétrica a partir do biogás produzido. Serão tratados, por dia, 215 toneladas de dejetos, proveniente de 39 mil suínos distribuídos entre as propriedades. Além do biogás, também será produzido biofertilizante, que, posteriormente, retorna à lavoura para produção de grãos. Ainda, futuramente, a meta é incluir mais produtores e ampliar para outras regiões.

Neste cenário, Almeida destaca o trabalho da FAEP para a implantação do Marco Regulatório do Biogás, fundamental para a viabilidade do projeto. “Graças ao marco legal do Estado e aos avanços nas resoluções de governo federal, nós conseguimos emplacar um modelo de negócios. Isso deu suporte à venda de gás da rede coletora, sem que o produtor perca a característica. O apoio institucional da FAEP foi muito importante nesse processo”, reconhece.



Iniciativa independente

O projeto de Entre Rios do Oeste se destaca devido a sua inovação em implantar a produção de biogás em larga escala. No entanto, a geração de energia elétrica a partir desse combustível é uma atividade que já acontece no município, em menor proporção.

Em 2000, o produtor rural e empresário Romário Schaefer, proprietário da Cerâmica Stein, começou a investir na produção do biogás. Na época, a atividade não deu os resultados esperados. Então, em 2013, Schaefer implantou uma nova tecnologia. A produção, enfim, deslançou. A propriedade possui 3 mil suínos e produz cerca de 23 mil kW de energia elétrica por mês.

No primeiro projeto, há 18 anos, o produtor utilizava o biogás para a queima, devido à falta de matéria-prima. Em 2013, o motivo para investir em novas tecnologias e aprimorar a produção foi o custo da energia elétrica, principalmente nos horários de pico.

“Hoje tenho uma economia mensal de até R\$ 30 mil por mês, pois minha propriedade é 50% autossustentável. Além disso, tenho um forno que precisa funcionar 24 horas, então não posso arcar com uma queda de energia por causa de chuva ou qualquer outro imprevisto”, explica. “Além de reduzir os custos da produção, com o biodigestor, eu elimino 100% o cheiro do esterco e não ficam moscas ao redor dos animais. Isso é muito importante na granja”, reforça o produtor.

Sobre o projeto do município, Schaefer revela que há possibilidade de participação, mas como consumidor do biogás produzido.



Alternativa de renda

A Prefeitura de Entre Rios do Oeste auxilia os produtores na construção dos biodigestores e disponibiliza o terreno onde será instalada a mini-central termelétrica. O biogás produzido nas propriedades será convertido em energia elétrica utilizada pela administração pública. Conforme o projeto avança, a intenção é tornar o município autossuficiente em energia. De acordo com o prefeito, Jones Neuri Heiden, além da questão ambiental, o projeto irá ajudar na movimentação da economia. “Iremos gerar empregos na usina, por conta da demanda por mão de obra. É uma nova alternativa de trabalho no município”, avalia.

17 propriedades

fazem parte do projeto de Entre Rios do Oeste para a produção de biogás a partir dos resíduos da suinocultura

Para o presidente do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, cuja área de abrangência atende o município de Entre Rios do Oeste, Valde-
mar Kaiser, a importância da questão econômico-
-ambiental se confirma. “Ultimamente, o suíno não
está dando uma rentabilidade muito boa. No último
ano, a situação financeira ficou apertada. Agora os
produtores terão outra fatia de ganho em cima des-
sa atividade”, afirma.

As perspectivas de sucesso são tantas que o pro-
jeto já está atraindo novos produtores, antes mesmo
do início das operações. É o caso de Albano Klein,
suinocultor que planeja ingressar no projeto na se-
gunda etapa, por conta da sustentabilidade ambiental
aliada à possibilidade de uma nova fonte da renda.
“O convite veio da prefeitura e eu me interessei pela
questão da produção de energia, que irá dar uma
nova alternativa para utilização do esterco”, relata.

Segundo a Prefeitura de Entre Rios do Oeste, a
perspectiva é que mais de 100 produtores sejam
contemplados nos próximos anos.



Mini-termelétrica que vai integrar o complexo de produção de energia no município

FAEP teve papel decisivo no processo

Há anos, a FAEP tem realizando um traba-
lho para fomentar a produção de energia alter-
nativa no campo e viabilizar, junto aos órgãos
responsáveis, formas e projetos de apoio aos
produtores rurais. O esforço tem colecionado
resultados positivos para o setor.

A elaboração do Marco Regulatório veio
depois que a FAEP colocou o tema em evi-
dência por meio de discussões, reuniões e
visitas técnicas. Em 2017, a entidade reali-
zou uma série de quatro viagens técnicas
(foto ao lado) que levou 142 pessoas, entre
técnicos, produtores rurais, líderes sindicais,
secretários de Estado e representantes de
órgãos governamentais e de empresas pri-
vadas à Europa para conhecer a produção de
energia com o reaproveitamento de resíduos
agropecuários. Nas visitas técnicas por três países-referência, Áustria, Alemanha e Itália, as comitivas
puderam verificar modelos consolidados de utilização do que, em muitos casos, é um passivo ambiental
para gerar eletricidade e biofertilizantes.

De acordo com dados do Cibiogás, o Paraná tem o potencial de produzir 20 milhões de metros cú-
bicos de biogás, o que equivale ao abastecimento de 4 milhões de residência com o consumo médio
de 217 kW/h. É o Estado com maior potencial do Brasil.



Café de primeira



Para aperfeiçoar a produção, cafeicultor de Ribeirão Claro fez cursos do SENAR-PR e conquistou diversos prêmios

Paixão nacional e item indispensável no dia a dia de muitos brasileiros, o café é a bebida mais consumida no mundo. Ao longo dos séculos, a infusão dos grãos – que deu origem à bebida de sabor único – popularizou-se por milhões de xícaras. No Paraná, a produção do grão também passou por diversas transformações. Os cafeicultores, que até tempos atrás focavam no volume produzido, atualmente investem em mais qualidade. O café paranaense se tornou um produto especial, com identidade própria e certificação de destaque.

Um dos maiores exemplos vem do Norte Pioneiro, mais especificamente do município de Ribeirão Claro. O cafeicultor José Eduardo Corrêa Ferraz já conquistou, por três vezes, o título de melhor café do Paraná, nas edições 2013, 2014 e 2018 do Concurso Café Qualidade Paraná, realizado em parceria com o Sistema FAEP/SENAR-PR. Em 2015, Ferraz ficou em 3º lugar e na 4º colocação em 2016. O produtor não participou em 2017 para fazer a recuperação da lavoura.

Neste ano, foi finalista do Concurso Nacional de Qualidade do Café, promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). O café produzido por Ferraz, com características de chocolate escuro e cacau, ficou em 9º lugar na categoria natural.

Em 2013, por sugestão de um dos participantes da comissão de júri do concurso, o cafeicultor decidiu participar da premiação. O resultado foi, de cara, a medalha de ouro nos âmbitos regional e estadual. “Para mim foi muito gratificante, e continua sendo. É uma paixão. O trabalho não é fácil, mas a paixão pela terra e poder fazer uma coisa que traz benefício e reconhecimento para a cidade e para o Estado compensam”, orgulha-se o produtor.

Para aperfeiçoar ainda mais a produção, Ferraz contou com a ajuda do SENAR-PR e participou de um curso na

área de cafés especiais. Segundo o produtor, a capacitação foi um importante complemento para aplicar no dia a dia. “Algo que ajudou bastante foi a respeito do tempo da torra, que deve ser o mais rápido possível. Antes, eu achava que tinha que ser mais lento. Foi muito instrutivo o curso”, destaca.

Histórico

Apesar de ter conquistado o primeiro prêmio há cinco anos, a relação de Ferraz com o café é de longa data. Filho de cafeicultores, acompanhava o desenvolvimento da lavoura durante a infância, mesmo que sem muita intimidade. Em 2007, em conjunto com outras famílias, comprou a Chácara Campina Verde. Resolveu, então, investir no plantio de café, devido às características da propriedade, da região e, também, é claro, pela influência de suas origens.

A variedade escolhida por Ferraz foi o café Obatã, conhecido pela excelente qualidade e produtividade. “A espécie se destacou muito com o clima e a altitude do local. Aqui também é uma região muito propícia para cafés especiais. Antigamente, a propriedade era uma fazenda com boa fama de café especial”, relembra.

A lavoura de Ferraz possui três hectares com 6 mil pés plantados e, hoje, atinge a marca de 50 a 60 sacas por ano, sendo 80% café especial. A maior parte da clientela vem do boca a boca, principalmente devido aos prêmios conquistados. “Além da região, tenho clientes em Curitiba, Maringá, Londrina, Jacarezinho e nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, além de vender direto para cafeterias. A cada ano vão aparecendo novos clientes. As pessoas, quando procuram o café especial, querem o primeiro colocado nas premiações”, conta.



Turma de Curitiba, que reuniu 20 pessoas, encerrou rodada de cursos sobre a DAP no Paraná realizada durante o mês de fevereiro



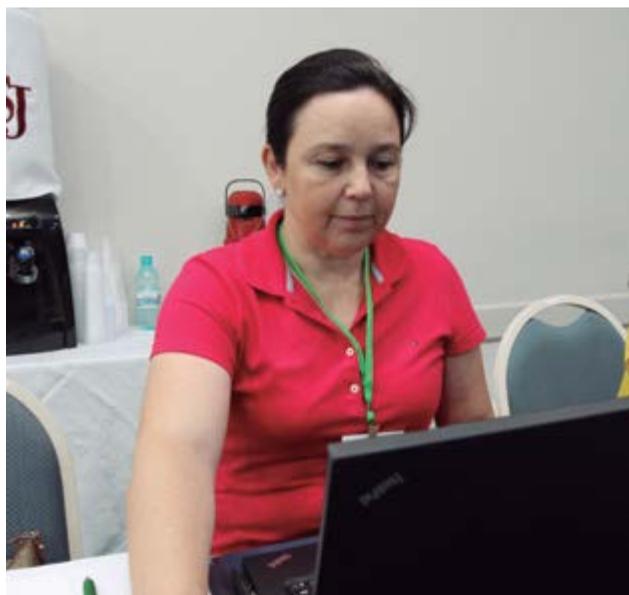
Assista ao vídeo da matéria no nosso site
sistemafaep.org.br

Curso de DAP capacita 84 colaboradores de sindicatos

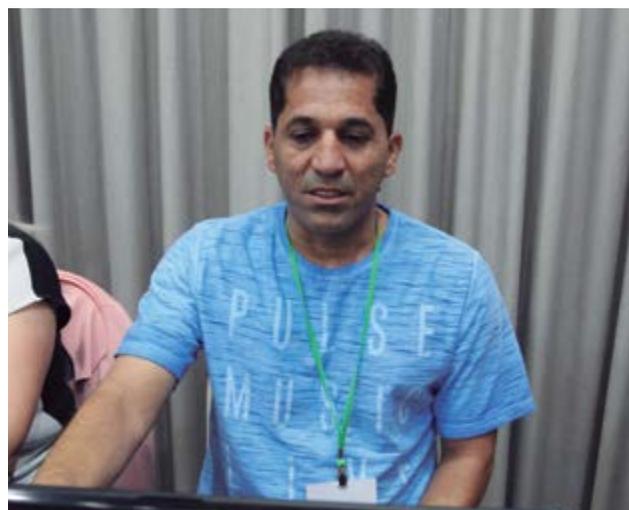
Treinamento promovido pela FAEP percorreu cinco cidades do Estado, abordando partes teórica e legal

As cinco turmas ofertadas pela FAEP sobre a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ao longo do mês de fevereiro capacitaram, no total, 84 colaboradores de 61 sindicatos rurais em diversas regiões do Estado. O treinamento, com carga-horária de oito horas, foi ofertado nos municípios de Ibiporã, Maringá, Pato Branco, Assis Chateaubriand e Curitiba. O último encontro ocorreu no dia 25 de fevereiro, na capital paranaense, onde 20 colaboradores de sindicatos próximos participaram da capacitação para melhor atender os produtores nas demandas referentes às políticas públicas.

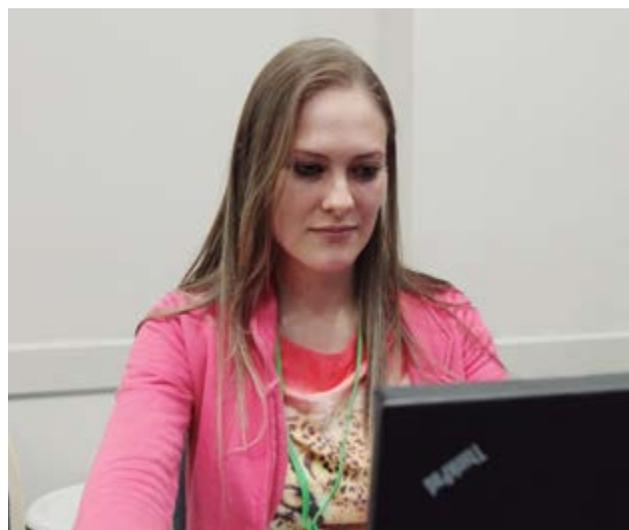
A DAP é um instrumento importante para o produtor, pois, além de fazer sua identificação, atesta que este segue os critérios fundamentais para ter acesso às políticas públicas. Com o documento, o agricultor pode conseguir condições especiais de juros no crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de ingresso em outros programas, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A DAP é emitida pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário de forma gratuita. Para isso,



A colaborado Roberta de Oliveira, do Sindicato Rural de Pinhão, no Centro-Sul



Acir Geraldo da Silva, do Sindicato Rural de Ipiranga



Debora Milani, do Sindicato Rural de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba

os produtores devem procurar o sindicato rural mais próximo.

De acordo com o economista do Sistema FAEP/SENAR-PR Jeffrey Albers, responsável por ministrar o curso ao lado do engenheiro agrônomo Nilson Hanke Camargo, é importante que os colaboradores dos sindicatos rurais estejam atualizados e bem esclarecidos sobre os critérios necessários para a emissão do documento. “A intenção é que os funcionários estejam capacitados para que façam a emissão de forma correta, adequada e com a responsabilidade pertinente”, afirma.

Durante o curso, foram abordadas as partes teórica, referentes aos documentos necessários para a emissão, e legal, que envolve as linhas de financiamento e políticas públicas que o produtor rural passa a ter acesso com a DAP. Ainda, ocorreu uma simulação para que os participantes conheçam e se familiarizem com o sistema de emissão da DAP.

Auxílio junto aos produtores

A colaboradora Roberta Ferreira de Oliveira, do Sindicato Rural de Pinhão, na região Centro-Sul, participou do treinamento que irá permitir orientar, da melhor forma possível, o produtor rural. “É muito importante participar desses cursos que a FAEP disponibiliza para os sindicatos, para que a gente se mantenha atualizado e para que possamos atender o produtor de forma mais eficiente”, observa. A colaboradora acrescenta, ainda, que a busca pelo sindicato para informações sobre acesso a créditos e financiamentos é grande, em especial o Pronaf.

Outro participante, Acir Geraldo da Silva, do Sindicato Rural de Ipiranga, no Sudeste paranaense, afirma que o conhecimento transmitido no curso é de grande interesse quando é preciso ofertar o melhor serviço ao setor produtivo. “O produtor, chegando ao sindicato, vai buscar algo concreto. O que passamos para eles, não pode fugir das normativas. Tem que estar atualizado de acordo com as leis”, explica.

Ainda segundo o colaborador, a demanda em Ipiranga de pequenos produtores que buscam acesso a essas políticas públicas disponibilizadas com a DAP tem crescido nos últimos anos. Por isso, é fundamental que os funcionários à frente dos sindicatos estejam capacitados para instruir o produtor rural com informações atualizadas e precisas. “Que ele possa sair com um documento idôneo e correto, para ser apresentado nas diversas entidades que for preciso”, ressalta Silva.

O curso também atendeu sindicatos rurais que ainda não fazem a emissão da DAP, como é o caso do Sindicato Rural de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. A colaboradora Debora Milani conta que houve uma mobilização para participar do curso e começar a emitir a documentação aos produtores do município. “A demanda veio do interesse em atender e, principalmente, proporcionar mais serviços aos nossos associados”, aponta.

Retomada da autonomia irá destravar investimentos em Paranaguá

Desde 2013, licitações e renovações de contratos foram centralizadas em Brasília. Desde então, projetos para melhorias do Porto estão parados



Principal canal de escoamento de grãos do Paraná para o mercado internacional, o Porto de Paranaguá está prestes a recuperar sua autonomia de gestão – o que aceleraria os investimentos no terminal. Desde 2013, por determinação do governo federal, o processo de decisões administrativas de todos os portos do Brasil passou às mãos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Mas uma portaria publicada no fim do ano passado, também pelo governo federal, abriu caminho para que os terminais bem avaliados possam voltar a fazer sua própria gestão.

Ainda em fevereiro deste ano, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) formalizou o pedido para retomar sua autonomia administrativa ao Ministério de Infraestrutura. No dia 28 do mesmo mês, o Porto reforçou o pedido, enviando documentos complementares. A expectativa da Appa é de que o aval seja dado ainda em março.

A autonomia administrativa só voltará a ser descentralizada pela Antaq aos terminais portuários que tiverem nota superior a 8, com base no Índice de Gestão de Autoridade (Igap), que afere a eficiência administrativa dos portos. A Appa afirma que Paranaguá deve passar com folga por essa avaliação.

“Em avaliações anteriores, conseguimos atingir quase a nota máxima. Então não teremos problema em passar por

essa etapa”, afirma o presidente da Appa, Luiz Fernando Garcia da Silva. “Só devem ser autorizados os portos bem avaliados dentro deste critério. Hoje, só [os Portos de] Paranaguá e Itaqui [no Maranhão] teriam condições de retomar sua autonomia”, acrescentou o consultor de logística do Sistema FAEP/SENAR-PR, Nilson Hanke Camargo, que também é presidente do Conselho Administrativo da Appa.

Agilidade em investimentos

Como impacto direto, a autogestão do Porto de Paranaguá deve destravar uma série de investimentos, há cinco anos represadas na Antaq. Segundo o Conselho Administrativo da Appa, existem 18 projetos pendentes de análise na Agência, todos relacionados a investimentos e melhorias em processos de operação do terminal portuário.

“Por sermos um dos portos mais organizados do país e por eles [a Antaq] terem uma equipe reduzida, acabam dando prioridade a situações emergenciais, de calamidade. Acabam, com isso, deixando as questões de investimento para depois. Trazendo a competência administrativa para cá, conseguimos dar agilidade ao que precisamos, com



Corredor de exportação

Ao longo de 2018, mais de 32 milhões de toneladas de granéis sólidos foram exportados a partir do Porto de Paranaguá.

Desde o início deste ano, 2,7 milhões de toneladas de grãos já foram embarcadas a partir de Paranaguá. Para os próximos três meses, a projeção é que outras 7,5 milhões de toneladas sejam movimentadas. Deste volume, 4,7 milhões de toneladas serão de soja, segundo a Appa.

uma celeridade muito maior”, explica Garcia da Silva. “Isso cria uma expectativa interessante, principalmente nos exportadores, já que essas melhorias podem baratear custos de operação”, acrescenta Camargo.

Além disso, a retomada da autonomia deve agilizar a análise de contratos de arrendamento, vencidos há anos, sem que a Antaq tivesse se manifestado a respeito de cada caso. É o que ocorre com a cooperativa Coamo, de Campo Mourão, e a agroindústria Cargill, que mantêm operação no porto, apesar dos arrendamentos já estarem expirados. Ambas apresentaram pedidos de renovação, que permanecem pendentes. “Elas estão operando ‘no escuro’. Com a recuperação da gestão, o porto vai poder destravar a análise desses contratos de forma efetiva”, destaca Camargo. Paranaguá é o principal porto graneleiro da América Latina e é a porta de saída de 80% da produção de grãos das cooperativas.

Isso não significa, no entanto, que os portos que reconquistarem autonomia não terão que seguir procedimentos administrativos definidos por lei, como a realização de audiências públicas, além de serem submetidos a controle externo de órgãos como Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU).

“Isso cria uma expectativa interessante, principalmente nos exportadores, já que essas melhorias podem baratear custos de operação”

Nilson Camargo,
consultor de logística do
Sistema FAEP/SENAR-PR

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 12 - SAFRA 2018/19

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 27 de fevereiro de 2019, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Fevereiro de 2019 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2018/19, que passam a vigorar a partir de 1º de março de 2019.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de fevereiro de 2019, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2019 - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,80%	53,39	1,15%	48,06
AME	12,97%	46,55	39,76%	49,66
EAC - ME	2,59%	1.956,37	1,96%	1.915,08
EAC - MI	27,35%	1.824,30	16,12%	1.807,65
EA - of	0,07%	1.930,77	0,04%	1.943,80
EHC - ME	0,00%	-	0,14%	1.935,73
EHC - MI	54,55%	1.647,68	40,24%	1.591,44
EH - of	0,67%	1.645,60	0,59%	1.656,57
obs: EAC - ME + MI + of	30,01%	1.835,93	18,12%	1.819,58
EHC - ME + MI + of	55,22%	1.647,65	40,97%	1.593,57

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,80%	0,6054	1,15%	0,5450
AME	12,97%	0,5299	39,76%	0,5653
EAC - ME	2,59%	0,6883	1,96%	0,6738
EAC - MI	27,35%	0,6418	16,12%	0,6360
EA - of	0,07%	0,6793	0,04%	0,6839
EHC - ME	0,00%	-	0,14%	0,7107
EHC - MI	54,55%	0,6050	40,24%	0,5843
EH - of	0,67%	0,6042	0,59%	0,6082
Média		0,6075		0,5868
obs: EAC - ME + MI + of	30,01%	0,6459	18,12%	0,6402
EHC - ME + MI + of	55,22%	0,6050	40,97%	0,5851

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	1,11%	48,06
AME	38,54%	49,71
EAC - ME	1,89%	1.915,08
EAC - MI	17,64%	1.815,77
EA - of	0,04%	1.943,80
EHC - ME	0,14%	1.935,73
EHC - MI	40,08%	1.593,99
EH - of	0,57%	1.656,57

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	1,11%	0,5450
AME	38,54%	0,5659
EAC - ME	1,89%	0,6738
EAC - MI	17,64%	0,6388
EA - of	0,04%	0,6839
EHC - ME	0,14%	0,7107
EHC - MI	40,08%	0,5853
EH - of	0,57%	0,6082
Média		0,5888

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA

R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	64,30	71,81
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	64,30	71,81

Maringá, 27 de fevereiro de 2019

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente

DAGOBERTO DELMAR PINTO / Vice-presidente

Demandas do agro paranaense

No dia 27 de fevereiro, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, se reuniu com o governador em exercício, Darci Piana, no Palácio Iguazu, em Curitiba, para expor algumas demandas do agronegócio estadual. No encontro, Piana e Meneguette alinharam algumas prioridades e detalharam o andamento de projetos que irão dar mais competitividade e agilidade a agropecuária paranaense.



Visita do secretário de Educação

O secretário estadual de Educação, Renato Feder, acompanhado de assessores, esteve na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, no dia 25 de fevereiro, para conhecer detalhes de dois programas realizados em parceria com o órgão público: Jovem Aprendiz Rural (JAA) e Agrinho. Na ocasião, o presidente da entidade, Ágide Meneguette, e sua equipe apresentaram o histórico dos programas e a abrangência de atendimento e capacitação no Estado. No caso do JAA, desde 2005, mais de 49 mil jovens participaram, enquanto o Agrinho soma mais de 25 milhões de alunos nos seus 23 anos de existência.

Agri Road Show no Paraná

A FAEP e sindicatos rurais estão apoiando a 1ª edição do Agri Road Show 2019 no Paraná. O evento terá uma etapa no dia 12 de março, em Londrina, e outra em Cascavel, no dia 14. As palestras abordarão temas como custo de produção, *hedge* (proteção contra riscos da oscilação de preços), novos produtos e formas de financiamento, além de ferramentas de gestão de riscos para produtores rurais diminuírem a exposição aos riscos inerentes às atividades agropecuárias. O evento ocorre em parceria com CNA, XP Investimentos, B3, Bolsa de Chicago (CME), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e Granoeste Investimentos. As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas. Para participar, basta se inscrever no site www.cnabrazil.org.br/eventos/agrishow-2019.



CIANORTE



ANDIRÁ

PÁ CARREGADORA

O Sindicato Rural de Cianorte e a Prefeitura Municipal de Cianorte promoveram o curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras - Pá Carregadora - Norma Regulamentadora 31.12", entre os dias 22 e 26 de outubro de 2018. O instrutor Eraldo Moreira da Silva treinou nove pessoas.

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O instrutor Bruno Gonçalves Batista treinou nove pessoas ao longo do curso "Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - norma regulamentadora 31.8", nos dias 30 de outubro e 1º de novembro do ano passado. A capacitação ocorreu por incentivo do Sindicato Rural de Andirá.



CAMPINA DA LAGOA



UBIRATÁ

DERIVADOS DE PESCADO

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2018, 13 pessoas participaram do curso "Produção Artesanal de Alimentos - Derivados de Pescado", por incentivo do Sindicato Rural de Campina da Lagoa. O instrutor foi Sérgio Kazuo Kawakami.

CONDUTORES DE VEÍCULOS

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2018, o Sindicato Rural de Ubitatá promoveu o curso "Condutores de Veículos - Detran - atualização - Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP". Um grupo de 15 pessoas foi capacitado pelo instrutor Aparecido Vieira.



GUAPIRAMA

PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS

A instrutora Maria Luzinete Pina Zanin treinou 11 pessoas ao longo do curso "Produção Artesanal de Alimentos - Conservação de Frutas e Hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos". A capacitação ocorreu nos dias 8 e 9 de novembro de 2018, por organização do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina.



IRETAMA

OLERICULTURA

Entre os dias 19 e 28 de novembro de 2018, o curso "Trabalhadores Agrícolas na Olericultura - Planejamento da Produção, do Plantio à Comercialização", promovido pelo Sindicato Rural de Campo Mourão, envolveu 10 pessoas. A instrutora foi Karina Galil Caparroz.



FRANCISCO BELTRÃO

COLHEDORAS AUTOMOTRIZES

O Sindicato Rural de Francisco Beltrão promoveu o curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - Regulagem de Colhedoras Automotrizes - intermediário (colhedora)". Nos dias 12 e 13 de novembro do ano passado, o instrutor Edson Zucchi treinou 12 alunos.



SÃO MATEUS DO SUL

CULTIVO DE PLANTAS INDUSTRIAIS

Um grupo de 15 pessoas participou do curso "Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais - erva-mate / plantas industriais - integrado erva-mate", nos dias 20 e 23 de novembro de 2018. O instrutor da capacitação organizada pelo Sindicato Rural de São Mateus do Sul foi Luiz Carniel.

VIA RÁPIDA



Curiosidades sobre as carpas

- As carpas ornamentais são peixes exóticos de origem asiática, muito usados para enfeitar lagos artificiais;
- O fato é que elas são resultado de mutações genéticas espontâneas, isto é, que aconteceram ao acaso, sem interferência humana;
- Uma carpa exótica pode custar até R\$ 20 mil;
- Uma carpa cresce dependendo do tamanho do reservatório em que está inserida, podendo ter de cinco até 60 centímetros de comprimento;
- Elas são animais que vivem muito, podendo chegar aos 70 anos. Há registro de peixes de até 220 anos;
- Uma lenda chinesa conta que o peixe sobe corredeiras de rios para chegar até a nascente, onde se transforma em um dragão.



Amigo urso

O desaparecimento de um garoto de três anos nos Estados Unidos teve um desfecho feliz, graças aos cuidados de um amigo da floresta. Dois dias após o seu sumiço, o pequeno Casey Hathaway foi encontrado ileso e com boa saúde, por conta dos cuidados de um urso-preto, comum na região, segundo os relatos do próprio garoto. Amigo imaginário ou não, o menino só precisou de água e do amor de sua família após retornar para casa.

DNA espacial

Entre 2015 e 2016, a Nasa fez um estudo com irmãos gêmeos, enviando um deles para a sua estação espacial por um ano. No retorno à Terra, as amostras coletadas pelo gêmeo astronauta mostraram que 7% dos seus genes adotaram o comportamento espacial. Ou seja, 93% da expressão gênica voltou ao normal após seu retorno à Terra, exceto por um conjunto de 7% de seus genes, cujo comportamento "espacial" parece ter sido perpetuado.

Sinestesia

O distúrbio neurológico que bagunça os sentidos de uma pessoa e a faz perceber coisas inusitadas é chamado de sinestesia. Algumas delas podem sentir o gosto das palavras, verem cores quando ouvem determinado som e outras coisas inusitadas. Estes estímulos são completamente involuntários e acontecem em uma a cada mil pessoas no mundo.



Lago rico

O lago Baikal, localizado na Sibéria, é o maior, mais antigo e mais profundo do mundo. A título de comparação, o Baikal é maior que o Estado do Rio de Janeiro, tem mais de 25 milhões de anos e 1.680 metros de profundidade. Seu significado em russo quer dizer “lago rico”, pois sua biodiversidade impressiona: cerca de 60% dos animais que vivem no lago só são encontrados lá. O lago também é reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO, pois, além de majestoso, concentra 20% da água doce do mundo.



Uau!

Em 1977, o telescópio conhecido como “A Grande Orelha”, operado pela Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, conseguiu captar sinais de rádio vindas do espaço. O computador representava as ondas fracas com números de 0 a 9, e as mais altas de A a Z, medidas em mega-hertz. A onda recebida foi classificada com a letra U, e o astrônomo Jerry Ehman, que operava os aparelhos, apenas anotou “Wow” (“Uau!” em português). Assim a onda ficou conhecida. Até hoje ela não foi decifrada e nem se sabe de onde veio.



Dino punk

Na vizinha Argentina viveu um dinossauro que ostentava um gigante moicano de espinhos ósseos que se estendia pelo seu pescoço. O *Bajadasaurus pronuspinax* viveu há 140 milhões de anos e tinha 10 metros de altura. Os espinhos serviam para protegê-los de possíveis ataques de outros predadores.



UMA SIMPLES FOTO



Mosquitos com lanterna

Joãozinho chamou o pai no meio da noite e disse:

- Pai, tem muitos mosquitos no meu quarto!
 - Apague a luz que eles vão embora, filho!
- Logo depois apareceu um vagalume.

O menino chamou o pai outra vez:

- Pai, socorro! Agora os mosquitos estão vindo com lanternas!



CURSO OPERAÇÃO DE DRONES

Venha conhecer as potencialidades do uso desta tecnologia nas atividades agropecuárias.

Interessados devem procurar o seu sindicato rural ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR.



SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável